



Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

## SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

CÁSSIA RODRIGUES DA SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Discutir a educação e suas particularidades na sociedade capitalista é fundamental, pois seus desdobramentos repercutem na reprodução das relações sociais. A trajetória das políticas educacionais no Brasil é atravessada pelo signo da exclusão, além de serem negligenciadas pelo poder estatal, desde a sua concepção até os dias atuais. A inserção do Serviço Social na educação tem um papel estratégico no trato das questões sociais presentes no contexto das políticas públicas, bem como na articulação do espaço educacional enquanto espaço democrático do exercício da cidadania. Este artigo visa analisar a inserção do Serviço Social na Política de Educação no contexto neoliberal.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Educação; Política Educacional no Brasil. Neoliberalismo.

**Abstract:** To discuss education and its particularities in capitalist society is fundamental. The trajectory of educational policies in Brazil is crossed by the sign of exclusion, in addition to being neglected by State power, from its conception to the present day. The insertion of Social Service into education has a strategic role in dealing with social issues present in the context of public policies, as well as in the articulation of the educational space as a democratic space as in the exercise of citizenship. This analysis sought to analyze the insertion of Social Service in Education Policy in the neoliberal context.

**Keywords:** Social Service. Education. Educational Policy in Brazil. Neoliberalism.

### 1. INTRODUÇÃO

Para analisarmos a contribuição do Serviço Social no contexto da reprodução das relações sociais, faz-se necessário compreender o significado social da profissão ante as transformações do mundo do trabalho, uma vez que este participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho.

A partir da análise histórica da educação no Brasil, inferimos que a instrução do conhecimento formal, sob a forma do saber escolarizado, prezou por qualificar a classe trabalhadora<sup>2</sup> para atender às necessidades do modo de produção capitalista e

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Santa Casa BH. E-mail: <cassiarodrigues423@gmail.com>.

<sup>2</sup> Segundo Dwyer, 2010, pág. 56. “Em termos muito simples, de acordo com Marx, a sociedade é dividida em duas classes principais: a classe capitalista dominante (a burguesia) que possui os meios de

do mercado de trabalho em evolução, consonante com o desenvolvimento econômico do país, em cada contexto.

Os métodos iniciais de ensino no Brasil, inicialmente concebido pelo modelo jesuíta católico, tornaram-se ferramentas de artifício de manipulação, sendo vistos ora como mecanismos de conformidade, ora como instrumento de emancipação dos cidadãos.

Podemos interpretar a educação sob vários pontos de vista. Há quem a reduza às instituições estudantis; outros, ao grau de civilização ou de organização de determinada sociedade, e ainda há quem a compreende como possibilidade de emancipação humana. Trago para essa análise a última concepção.

A concepção da educação transpassa os métodos de ensino-aprendizagem, que desobscurece a visão rudimentar da educação, compreendida anteriormente como a simples instrução técnica. Segundo o pensamento de Almeida (2000), a “educação e humanização são termos indicotomizáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “trans-formar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos”.

Discutir a inserção do serviço social na política de educação nos remete às questões de ordem política, econômica, social e cultural, sendo que a resultante desse complexo social repercute no fazer profissional dos assistentes sociais, seja na política educacional, ou em outro espaço sociocupacional. A contribuição do serviço social na política educacional se materializa nas particularidades que envolvem seu trabalho, articulando estratégias de identificação das questões sociais que mais consternam o campo educacional, além de favorecer uma análise crítica do contexto educacional no cenário neoliberal atual.

Este artigo tem por finalidade contribuir para a discussão sobre o Serviço Social na política de educação à luz do contexto neoliberal na contemporaneidade. A partir da construção teórica deste estudo, pressupõem-se tratar as análises das considerações objetivas que envolvem a inserção do Serviço Social na educação. Acredita-se que as contradições apresentadas para a profissão no campo educacional refletem a subordinação das políticas públicas aos interesses do capital.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

---

produção, e a classe trabalhadora explorada (os proletários), que tem que vender seu trabalho para para sobreviver”.

Os primeiros métodos de educação instruída vista aqui no Brasil ocorreram no Período Colonial<sup>3</sup>, com a chegada dos portugueses à Terra de Santa Cruz, assim como era chamado o solo brasileiro. Juntamente com os europeus, ordens de segmentos religiosos também adentraram o Brasil, como a dos jesuítas, franciscanos e beneditinos, com o interesse predominante de adequar os nativos e toda a sua diversidade cultural, religiosa e linguística aos preceitos padronizados da Igreja Católica. A educação desses povos tradicionais pré-colombianos era vista como maneira de desestimular o saber indígena e homogeneizá-los à visão de mundo portuguesa daquela época.

A população indígena já devidamente instalada nas Américas possuía suas crenças e costumes estabelecidos, organizava seu cotidiano de acordo com seus preceitos. Coube aos jesuítas a missão de persuadir os índios a se converterem ao cristianismo sob a forma do batismo. Não apenas religiosamente, os jesuítas se responsabilizaram de prestar a primeira assistência educacional no Brasil por longo período. Niskier, ressalta que:

Os jesuítas iniciaram seus trabalhos na Colônia pela pregação da fé católica e o trabalho educativo junto aos indígenas, mas logo perceberam que seria impossível converter os índios sem que soubessem ler, escrever, contar e falar o português. (NISKIER, 1969: 196).

Em 1808, com a chegada da Família Real, a educação no país tomou outros rumos. Os missionários foram expulsos de seus postos, ficando conhecida como Reforma Pombalina, deixando a educação responsável pela administração da Corte Portuguesa. Essa possuía outras intenções em relação à instrução naquela sociedade, que já não guardava tantas semelhanças com o contexto encontrado pelos primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil, havendo grande população para a época com a miscigenação de indígenas, portugueses e africanos em marcha para a construção de uma identidade nacional e uma economia colonial estabelecida com culturas agrícolas importantes, que visavam ao abastecimento do mercado internacional.

O projeto pedagógico português de ensino sofreu várias modificações no curso de seu poderio. A educação era vista como um instrumento necessário para qualificar a mão de obra nacional, com viés mercantil. Foram criados colégios e institutos para a população pauperizada. Economicamente, a educação era necessária para a Corte; dialeticamente, um temor para os governantes.

---

<sup>3</sup> Para Vainfas (2000), embora a os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, é considerado período colonial o espaço de tempo entre 1530, quando houve o início da ocupação efetiva do território

Carvalho, 1980, acentua que “no Brasil imperial [...] a educação era a marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre a elite e o grosso da população em termos educacionais”. Partindo desta análise, percebe-se a precariedade do ensino público, colocando as ações educacionais sempre em segundo plano, priorizando, desde os primórdios da sua política, o crescimento econômico e a manutenção da ordem social vigente, perpetuando as desigualdades socioeconômica, racial e regional.

Os descendentes de escravos, pretos e pardos, indígenas e a população mais pobre ou afastada dos grandes centros econômicos do país permaneceram à margem do radar da alfabetização rudimentar no país, como Portela nos descreve:

Numa sociedade em que a maioria da população é constituída por escravos, a restrição da concessão do Direito à Educação se dará pela concepção de cidadania. Tratava-se ainda de um preceito apenas formal, porquanto havia o domínio da Igreja Católica sobre o sistema educacional que era destinado em geral à formação dos seus próprios quadros e das elites. (PORTELA, 1995: 69).

Avançando na história, destacamos a Segunda República, quando um ano após os efeitos da Crise Econômica Mundial do capitalismo de 1929 no Brasil, uma revolução leva Getúlio Vargas<sup>4</sup> ao poder. Ambas determinariam a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. Objetivando promover o progresso econômico e social mediante a inserção de atividades urbano-industriais no Brasil, grandes investimentos foram feitos no mercado interno, inclusive, na educação. O primeiro período Getulista, de 1930 a 1945, se por um lado foi marcado por repressões e controle, cabe ser lembrado também pela concessão de benefícios trabalhistas, concebendo ao ditador o título de “pai dos pobres”. Inevitavelmente, mantinha grande tensão entre a burguesia industrial e o proletariado urbano, devido aos interesses antagônicos das classes sociais.

Resultante da grande expansão industrial, concomitantemente com a vasta urbanização das cidades, emerge forte demanda social pela educação. Frentes populares organizadas reivindicavam a criação de um sistema nacional de ensino.

---

pelos lusitanos, até 1808, ano que assinala a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em decorrência da fuga devido à invasão das tropas napoleônicas naquele ano.

<sup>4</sup> Para Henriques (1964), o período getulista apresenta quatro estágios: após a Revolução de 1930, Vargas é conduzido ao poder e dirige até 1934 um governo provisório, enquanto uma nova constituição não estivesse promulgada. Em 1934, Vargas foi aclamado pela Assembleia Constituinte e governou sob essa nova constituição até 1937, quando promove um golpe de Estado, promulgando a nova constituição e governando autoritariamente até 1945, ano no qual foi deposto em favor de um regime democrático.

Entretanto a educação ainda pressupunha mais um viés de qualificação da mão de obra urbana do que de promover os ideais de emancipação do indivíduo, possibilitando a ele a primazia de tornar-se agente capaz de transformar sua própria realidade.

Timidamente, a escolarização passa pelo discurso estatal já no governo de João Goulart, entre 1961 e 1964, quando foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, e, em abril de 1964, e o Programa Nacional de Alfabetização. Mas é somente na década de 1990, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, que o desenvolvimento do ensino fundamental será estimulado a ampliar de forma efetiva as oportunidades de acesso, ainda que em termos qualitativos.

Os anos 90 foram propícios para as políticas sociais. Novos atores entraram em cena, parte desses emergindo do contexto de lutas sociais pela redemocratização e pelo voto direto das décadas de 1970 e 1980. Movimentos sociais, sindicalistas e frentes populares aglutinam o Congresso Nacional e dão boas-vindas à nova Constituição Federal, promulgada em 1988. O texto retrata princípios centrados na liberdade, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, gestão democrática do ensino público, gratuidade do ensino, além de estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado, visando a seu pleno desenvolvimento no âmbito da educação, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho, segundo a Constituição Federal de 1988.

Instituir um Estado Democrático de Direito pressupõe assegurar constitucionalmente aos seus cidadãos direitos civis, políticos e sociais, alçando novos patamares do exercício da cidadania. Enfim, legalmente consolidou-se, ainda que em teoria, um sistema nacional de proteção social, conforme descrito na Constituição Federal (1988) como “o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados”.

Conclui-se que analisar as políticas educacionais requer compreendê-las historicamente, articulando-as ao mundo contemporâneo. Essas respondem às necessidades da acumulação, no sentido da elevação dos patamares produtivos, entretanto respondem também às necessidades dos trabalhadores a partir do domínio da ciência, da compreensão do mundo e do desenvolvimento tecnológico.

### **3. EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA NEOLIBERAL**

---

Depois, em 1951, Vargas é eleito por voto direto e governa democraticamente até 1954, ano de sua morte.

Em razão das fases cíclicas do capitalismo, houve intensa reestruturação nos modos de produção, com o intuito de preservar a hegemonia do capital. Essas reformas impactaram também no âmbito educacional com a entrada de novas tecnologias.

Houve a necessidade de capacitar os trabalhadores para assumirem novos postos de trabalho, objetivando enquadrá-los nos moldes pré-estabelecidos pelas instituições empregadoras, ou seja, “o sistema educacional brasileiro, como um todo, se redefine para formar um novo trabalhador e um novo homem que contribua para a situação da crise internacional capitalista” (Neves, 1999).

Condicionados por tal mudança, urge a necessidade de investir na educação. Essa passa a ser prioridade para o poder público. Faz-se pertinente lembrar que essas modificações, sempre com viés capitalista, favoreceram a flexibilização das relações de trabalho, traduzidas em cargas extensas de trabalho, subcontratos, salários baixos e péssimas condições de trabalho. “Contraditoriamente, a política de educação, que deveria instruir sujeitos autônomos, politizados, tornou-se ferramenta essencial para a burguesia”, assim nos afirma Gramsci (1977).

Organismos multilaterais de investimento e crédito, como o Banco Mundial, atuam como agências de financiamento para países periféricos, mediante acordos que têm por objetivo suprir as necessidades econômicas, como a expansão do setor de serviços, novos padrões de gerenciamento das instituições, mão de obra qualificada, incentivo ao consumo exacerbado.

O que está acontecendo na política educacional brasileira estabelece uma certa sintonia com as políticas econômicas, apesar de guardar uma dinâmica de disputas e lutas muito próprias. O pensamento neoliberal, agora hegemônico enquanto ideologia da classe dominante, vem definindo uma série de pressupostos educacionais para os países dependentes. Estas “orientações”, expressas através de acordos com o FMI e o Banco Mundial, não são exatamente as mesmas estabelecidas para os países desenvolvidos. (DEL PINO, 2011:66).

No âmbito educacional, o Banco aponta para o cumprimento de tais medidas: prioriza o ensino fundamental; criação de programas de gerenciamento que enfatizam a “eficiência da educação”; reformas administrativas e financeiras; incentivo para a gestão das instituições educacionais “autônomas e regidas por indicadores de qualidade”; chamamento de pais e à comunidade para se responsabilizarem mais pelos assuntos escolares; incentivo ao setor privado; às organizações não-governamentais (ONGs) como coparticipantes do processo educativo; alocação de recursos adicionais para a educação básica; definição de políticas baseadas ao apelo

econômico e tendência a tratar a educação setorializada (Torres, 1996). Assim, ainda segundo o autor:

Muito embora o papel do Banco Mundial já se desenvolvia desde os anos 1950, a partir das ações de financiamento ao desenvolvimento de projetos de educação no Brasil, sua atuação mais estratégica se afirma nas últimas duas décadas do século passado em função do avanço do ideário neoliberal. (TORRES, 1996: 98).

As agências de financiamento têm poder de interferirem diretamente na política nacional, bem como na criação nas leis e diretrizes, além de não cobrarem uma ação efetiva do poder estatal, incentivam a transferência das responsabilidades governamentais à sociedade civil, às famílias e à comunidade. Essa inclinação aos organismos multilaterais demonstra a subordinação dos países emergentes ao interesse do capitalismo.

A regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é um exemplo da influência do embate político entre o mundo do trabalho e o da educação; “apesar dos avanços, ela é impregnada dos princípios neoliberais, tanto na sua concepção ideológica, quanto na organização gerencial, correspondendo aos interesses do mercado”. (Bolorino e Martins, 2012).

Outro dilema diz respeito ao processo de descentralização da educação. Definido em seus artigos 211 e 227, a Constituição Federal de 1989 estabelece a responsabilidade dos municípios com a Educação Infantil, oferta do Ensino Fundamental e trata também da alocação dos recursos públicos para a educação, sendo ratificada pela LDB/96 e pela Lei nº 9.424/96 e pelo Decreto-Lei nº 2.264/97 que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Como nos afirma Arretche:

Mesmo com a tendência histórica de maiores responsabilidades das esferas estadual e, sobretudo municipal, com a oferta do ensino fundamental e de sua reafirmação nesses dois dispositivos legais, permaneceu inalterado o quadro de dualidade das redes educacionais, ou seja, não se determinou a exclusividade no oferecimento nos níveis de ensino. (ARRETICHE, 2000: 22)

Observa-se que tal indução à municipalização da educação, mascarada pela “descentralização”, acarretou à diminuição dos recursos da participação Federal e, conseqüentemente, aumento da participação dos recursos estaduais e municipais. Essa aliança entre financiamento e descentralização da educação não deixa de representar também um contexto de lutas, conquistas e contradições.

Outro documento importante corresponde ao Plano Nacional de Educação 2011-2020, em que se estabelecem as metas e indicadores esperáveis para a

educação até 2020; entretanto este ainda não direciona um caminho que aponte para mudanças na lógica mercantil da educação, dando continuidade aos preceitos neoliberais para a educação.

Desse modo, compreender o significado político do serviço social na educação requer o entendimento de que a profissão possui aporte teórico e político no âmbito das políticas públicas sociais, com vistas à contraditoriedade em que as políticas públicas estão inseridas na mundialização do capital.

Aos assistentes sociais cabe empenhar-se na participação do processo de elaboração e execução da política educacional, utilizando da sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político, para decifrar a realidade dos processos sociais em sua totalidade. Dada a complexidade do sistema educacional vigente, a contribuição do serviço social nesta política está na sua competência em identificar as expressões da questão social que se refletem no âmbito educacional e propor medidas de enfrentamento das mesmas, primando pela efetivação do direito à educação.

#### **4. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO**

A literatura nos aponta que, desde a década de 1930, a educação está atrelada aos processos sócio-históricos do serviço social brasileiro. Sua vinculação com a profissão se deu desde os primórdios, cujo fazer profissional voltara-se para a lógica desenvolvimentista, ou seja, preparando as pessoas, segundo suas potencialidades, para o mundo do trabalho.

A partir do movimento de reconceituação e seus desdobramentos críticos, a intervenção profissional assumiu novas feições, concebendo a educação com um caráter emancipatório das classes pauperizadas. Neste contexto, a profissão em meados de 1980 já havia amadurecido em seus princípios teóricos, metodológicos, técnicos, éticos e políticos. No entanto é a partir da década de 90 que se verifica um expressivo aumento do Serviço Social na política de educação. Segundo Bourguignon:

As décadas de 80 e 90 marcam historicamente avanços e conquistas para o Serviço Social nos seus diferentes campos de ação, bem como em seu processo de constituir-se e de consolidar-se como espaço de produção de conhecimento em seu próprio âmbito e frente às demais áreas de conhecimento. (BOURGUIGNON, 2008: 32).

As demandas do assistente social na educação não foram restringidas ao atendimento nos estabelecimentos estudantis: eram requisitadas abordagens também no âmbito do judiciário, das empresas, instituições responsáveis pela qualificação da



mão de obra juvenil e adulta, movimentos sociais e em outros órgãos formais da educação e até mesmo voltados à educação popular, conforme descrito.

A educação como parte dos complexos constitutivos da reprodução dos contextos sociais se insere na dinâmica dos conflitos políticos, ideológicos e sociais, bem como dos modos de apreensão da realidade. É inescusável avaliá-la isolada das demais políticas públicas, sendo fundamental associá-la a partir das várias dimensões da vida social em sua totalidade.

Para Mészáros (2002), uma das funções da educação formal diz respeito à produção de “consensos” ou de conformidade, através dos limites institucionais legalmente vigentes em nossa sociedade. Ele aponta que:

Se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora. A educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna. (MÉZÁROS, 2002: 45).

Percebemos a manipulação do sistema metabólico do capitalismo nas várias modalidades de ensino, como na educação básica, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e ensino superior, por meio da criação de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e intensa transferência dos recursos públicos para a burguesia educacional.

Neste contexto, cabe à categoria profissional afirmar claramente seu posicionamento político e ideológico face às demandas na política de educação, em que estas estejam em consonância com o projeto ético-político do serviço social. As demandas requisitadas ao assistente social estão encadeadas às tendências históricas da política de educação de expansão das formas de acesso e ingresso e permanência na escolarização formal.

No documento do CFESS “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, no item que trata sobre trabalho profissional do/a assistente social, (CFESS, 2013), se abordam as exigências postas ao serviço social, as quais estão dinamizadas nos aspectos relacionados aos discursos e às práticas de valorização de uma educação inclusiva e às consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; ao processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação

escolarizada; à ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; à expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos; à aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública; à afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito.

O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional também participam das intervenções profissionais, e por último, à disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar. (CFESS, 2013).

Em qualquer espaço que seja o exercício da sua prática, estas devem ser respaldadas pelo Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Tais regulamentações traduzem os princípios, direitos e deveres dos profissionais de serviço social, imbricados na luta por uma nova ordem societária em sintonia com ações que valorizam uma educação emancipadora.

Acrescido da legislação específica do serviço social, é essencial o conhecimento de outros suportes jurídicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal de 88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outras legislações.

A atuação do profissional na educação não se limita às instituições estudantis, focadas nas intervenções individuais do sujeito; envolve também ações com famílias, professores, trabalhadores, gestores dos estabelecimentos públicos e privados da educação, às instâncias de controle social e dos movimentos sociais.

A contribuição do serviço social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que mais afligem o campo educacional na atualidade, como evasão escolar, baixo rendimento, problemas familiares, envolvimento com entorpecentes, agressividade, fatores socioeconômicos que podem de algum modo comprometer a permanência do aluno no ensino ao qual ele esteja vinculado.

Outro fator importante que merece destaque na atuação do assistente social está relacionado ao trabalho interdisciplinar. Segundo Bolorino (2012), “questões de

maior complexidade demandam uma atuação conjunta por vários profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, educadores, diretores e outros que se fizerem pertinentes”. Para tanto, é requisitado ao profissional a competência teórica e prática-interventiva para dar seguimento às estratégias de intervenção nos diferentes níveis de atendimento, seja individual ou coletivo.

Integrantes de uma equipe multiprofissional, os assistentes sociais são partícipes de um grupo que desenvolvem trabalhos de modo articulado e coletivo, composta por diversas áreas do conhecimento, saberes diferenciados, que se interagem no intuito de dar resolutividade às demandas postas no cotidiano da prática profissional.

A diversidade apontada é indicativa de que são muito diferenciadas as composições das equipes e que dependem centralmente do nível ou modalidade da política educacional, das concepções educacionais que prevalecem na organização do trabalho coletivo em cada estabelecimento e do grau de articulação com as demais políticas setoriais. (ALMEIDA, 2000: 22).

Faz-se pertinente apontar que a atuação profissional não deve se dissociar das lutas em favor da classe trabalhadora, tampouco geridas por formulações fragmentadas, desvinculadas das dimensões éticas, políticas e teóricas, despido do espaço sócioocupacional em que o profissional esteja vinculado.

O cenário da precariedade da política educacional, do ensino regular e obrigatório, bem como da proliferação das expressões da questão social reforça a importância do serviço social no âmbito educacional. Além disso, Gentili diz que:

A importância do serviço social na educação está exatamente na vinculação histórica nos diversos campos de institucionalização e da manifestação da ação coletiva onde os conflitos sociais são mediados pela ação pública tanto do Estado, quanto da sociedade civil, onde as desigualdades sociais são minimizadas pelas políticas sociais nos campos de democracia, da cidadania e de justiça social. (GENTILI, 2001: 71).

Nesse sentido, o serviço social em suas áreas de atuação, em particular na educação, vem sendo consolidado na historicidade das relações sociais, em favor do ensino público gratuito e de qualidade para todos. A concepção de educação trazida pelo serviço social está pautada na emancipação humana, respaldado nos pressupostos do Código de Ética Profissional do assistente social. Este suporte ideológico do serviço social constituído de valores sociais, éticos e políticos embasa a atuação profissional, tendo como compromisso central a luta pela equidade e justiça social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a história da educação no Brasil, percebemo-la subordinada aos organismos multilaterais de financiamento, condicionando as diretrizes educacionais ao ideário neoliberal. As reformas ocorridas ao longo da sua trajetória demonstram forte tendência à ordem internacional, suprimindo, assim, as necessidades do próprio sistema metabólico do capitalismo. A educação é atravessada pela dinâmica de classe, ora reconhecida como ferramenta de emancipação, ora como política de manipulação em favor do capital.

A educação enquanto fonte do conhecimento adquirido tem uma função social fundamental na reprodução das relações sociais, às contradições concernentes aos interesses das classes sociais em luta. Nesse processo, o serviço social contribui no prisma da efetivação da educação de qualidade como um direito social. As expressões da questão social que se manifestam nos espaços educacionais não devem ser trabalhadas isoladamente: fazem parte de um complexo processo societário polarizado entre a concentração da riqueza socialmente produzida por parte de uns e da exclusão de muitos que ainda lutam pela garantia de direitos básicos como saúde, educação, moradia, entre outros, que são fundamentais para o pleno desenvolvimento e segurança do indivíduo em sociedade.

As instituições educacionais são espaços de forte viés classista, ainda que dialeticamente, também constituem um lugar de luta e resistência. Essas demonstram-se adequadas às necessidades do mundo burguês, inclusive no sentido da perpetuação da desigualdade presente no espaço educacional, favorecendo, assim, a propagação dos valores capitalistas.

A despeito da atuação profissional, esta, em qualquer espaço sócio ocupacional, em especial nas instituições educacionais, tema abordado nesta pesquisa, não se dissocia dos valores preconizados no Código de Ética Profissional do assistente social, que vão além dos limites do capital.

A emancipação humana que a educação proporciona ao indivíduo se constrói, se faz e refaz na cotidianeidade. O caminho rumo à liberdade do ser é inerente a sua condição humana, e a educação é uma das ferramentas que nos possibilita sermos sujeitos autônomos, livres, capazes de analisar criticamente o contexto social, político e econômico em que vivemos.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney L. T. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília: CFESS, n. 6, p.19 – 24, 2000.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a política de educação do Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: CAMPOS, Edval Bernardino et al. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2011a. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

ARAUJO, M. C. S. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Descobrimo o Brasil).

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 8 abr. 2018.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DWYER, Peter. **Policy Press**, 2010. Second edition published in Great Britain in 2010.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e Queda de Getúlio Vargas**. São Paulo: Record, 1964. (3 volume).

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 2007. 263 p. Tese (Doutorado Serviço Social)-Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP, São Paulo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NISKIER, A. **Administração Escolar**. Porto Alegre, Tabajara, 1969.

PINO, M. Del. **Política Educacional, emprego e exclusão**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **A cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTELA, R.O. **Educação e cidadania**: o direito a educação na Constituição de 1988. 1995. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1995.

SOARES, Maria Clara Couto. “Banco Mundial: políticas e reformas”. In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge e HADAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 1996. p. 15-40.

SOUZA, Donaldo Bello de e FARIA, Lia C. M. de. “**O processo de construção da Educação Municipal pós-LDB 9.394/96**: políticas de financiamento e gestão”. In: SOUZA, Donaldo Bello de e FARIA, Lia C. M. de (orgs). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 45-84.

TORRES, Rosa Maria. “Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial”. In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge e HADAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 1996. p. 125-193.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.